

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

4º TRIMESTRE
2025

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA AGRICULTURA FAMILIAR
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO CONTÁBIL
4º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2025

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis do Ministério do
Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
(Órgão Superior 49000), relativas ao 4º Trimestre
do Exercício de 2025.

Brasília - DF, 31 de janeiro de 2026

MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Fernanda Machiaveli

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Diego Donizetti Gonçalves Machado

COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Renato das Neves Iwakawa

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Emerson Costa Nogueira Sousa

CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), é órgão da administração pública federal direta, criado pela Lei 14.600/2023, e tem como áreas de competência:

- ✓ Reforma agrária, regularização fundiária em áreas rurais da União e do Incra;
- ✓ Acesso à terra e ao território por comunidades tradicionais;
- ✓ Cadastros de imóveis rurais e governança fundiária;
- ✓ Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras de comunidades quilombolas;
- ✓ Desenvolvimento rural sustentável voltado à agricultura familiar, aos quilombolas e a outros povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Política agrícola para a agricultura familiar, abrangendo produção, crédito, seguro, fomento e inclusão produtiva, armazenagem, apoio à comercialização e abastecimento alimentar;
- ✓ Sistemas agroalimentares em territórios rurais e urbanos, agricultura urbana e Peri urbana;
- ✓ Cadastro nacional da agricultura familiar;
- ✓ Cooperativismo, associativismo rural e sistemas agroindustriais da agricultura familiar;
- ✓ Energização rural e energias renováveis destinadas à agricultura familiar;
- ✓ Assistência técnica e extensão rural voltadas à agricultura familiar;
- ✓ Infraestrutura hídrica para produção e sistemas agrícolas e pecuários adaptadas à agricultura familiar, observadas as competências do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
- ✓ Conservação e manejo dos recursos naturais vinculados à agricultura familiar;
- ✓ Pesquisa e inovação relacionadas à agricultura familiar;
- ✓ Cooperativismo e associativismo rural da agricultura familiar;
- ✓ Biodiversidade, conservação, proteção e uso de patrimônio genético de interesse da agricultura familiar;
- ✓ Educação do campo;
- ✓ Políticas de fomento e etnodesenvolvimento no âmbito da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais;

- ✓ Sistemas locais de abastecimento alimentar, compras públicas de produtos e alimentos da agricultura familiar;
- ✓ Comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos;
- ✓ Estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários; e
- ✓ Produção e divulgação de informações dos sistemas agrícolas e pecuários, incluídos produtos da sociobiodiversidade.

Integram a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, além das unidades de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, quatro secretarias, três órgãos colegiados, quatro entidades vinculadas:

1) órgãos específicos singulares:

- a) Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia;
- b) Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental;
- c) Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar; e
- d) Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais.

2) Órgãos colegiados:

- a) Comitê Gestor do Garantia-Safra;
- b) Comitê Gestor do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF; e
- c) Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais;

3) Entidades vinculadas:

- a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (autarquia);
- b) Companhia Nacional de Abastecimento – Conab (empresa pública);
- c) Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP;
- d) Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasa Minas.

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do MDA foram elaboradas observando o disposto na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000.; abrangendo, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e de suas entidades vinculadas no âmbito da administração direta e indireta (Órgão Superior 49000, no SIAFI, Órgãos Vinculados: 22201 – INCRA, 22211 – CONAB, 49000 – MDA, 49001 – Fundo de Terras).

Este Relatório Contábil do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar contém as seguintes Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964, complementadas pelas notas explicativas referentes aos seus itens mais relevantes:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC; e
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI:

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras – a moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no Balanço Financeiro – BF e na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Caixa e equivalentes de caixa – incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a curto prazo – compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

No INCRA a conta de CRÉDITOS A RECEBER – Regularização é decorrente de títulos emitidos pela União no processo de regularização fundiária de terras situadas em áreas da União, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal. Os empréstimos e financiamentos a receber são constituídos de valores a receber de Beneficiários da Reforma Agrária, e no FUNDO DE TERRAS há Empréstimos e Financiamentos a Conceder pelos Agentes Financeiros, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03 em que a administração do Fundo somente efetua lançamentos a débito oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimentos da aplicação financeira do BNDES.

Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou

produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

No âmbito do MDA, a CONAB possui os maiores saldos desse grupo de ativos, em contas de Estoque de Mercadorias em Armazéns de Terceiros e Estoques Públicos.

Ativo realizável a longo prazo – Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, empréstimos e financiamentos concedidos, investimentos temporários e estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Investimentos – São compostos por: participações permanentes, propriedades para investimento e demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: valor justo e custo depreciado.

Imobilizado – é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do immobilizado, desde que, tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis – A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo immobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet – A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável

da cessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade.

Passivos circulantes e não circulantes – as obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, obrigações de repartições a outros entes, provisões e demais obrigações.

A conta “Precatório de terceiros”, no INCRA, registra as obrigações referente a precatórios, exceto precatórios de pessoal, de benefícios e de fornecedores de bens, materiais, serviços e utilidades.

Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, repartição de créditos tributários, provisões matemáticas, e outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo.

No MDA, as Provisões de Longo Prazo dividem-se em:

- a) Provisão para Indenizações Trabalhistas (curto e longo prazo) na CONAB;
- b) Provisões Matemáticas a Longo Prazo na CONAB;
- c) Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo na CONAB; e
- d) Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo na CONAB.

Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

a) Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para

conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

b) Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

c) Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
4º TRIMESTRE (Encerrado)

EMISSION
30/01/2026

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	3.855.030.822,85	3.487.658.333,16	Despesas Orçamentárias	7.581.024.272,34	5.647.061.423,29
Recursos Não Vinculados	811.604.539,31	743.920.866,31	Recursos Não Vinculados	5.097.830.479,07	3.809.456.566,24
Recursos Vinculados	2.665.900.425,79	2.447.019.903,44	Recursos Vinculados	2.483.193.793,27	1.837.604.857,05
Seguridade Social (Exoeto Previdência)	33.234,96	50.808,97	Seguridade Social (Exoeto Previdência)	129.825.322,21	283.758.162,35
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	215.121.410,00	158.324.820,00
Fundos, Órgãos e Programas	2.665.792.124,49	2.441.885.600,95	Fundos, Órgãos e Programas	2.138.247.061,08	1.397.521.874,70
Recursos Não Classificados	75.066,34	5.103.493,52			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	377.525.857,75	296.717.563,41			
Transferências Financeiras Recebidas	26.079.719.000,61	17.250.958.633,40	Transferências Financeiras Concedidas	22.424.879.505,49	15.689.892.840,52
Resultantes da Execução Orçamentária	17.511.899.813,51	11.732.881.416,47	Resultantes da Execução Orçamentária	11.599.240.168,28	7.834.154.282,07
Cota Recebida	5.767.209.689,73	3.824.643.425,60	Repasso Concedido	5.199.378.856,58	3.252.807.514,93
Repasso Recebido	5.351.253.994,41	3.328.496.856,77	Sub-repasso Concedido	6.384.780.981,35	4.579.627.821,36
Sub-repasso Recebido	6.384.780.981,35	4.579.627.821,36	Cota Devolvida	6.827.172,33	1.605.633,04
Repasso Devolvido	4.899.574,36		Repasso Devolvido	4.899.574,36	
Sub-repasso Devolvido	3.755.583,66	113.312,74	Sub-repasso Devolvido	3.755.583,66	113.312,74
Independentes da Execução Orçamentária	8.568.019.187,10	5.518.077.216,93	Independentes da Execução Orçamentária	10.825.639.337,23	7.855.738.558,45
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.450.170.508,45	2.120.357.683,50	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.092.156.611,87	1.131.889.687,72
Demais Transferências Recebidas	2.505.855.553,69	1.448.200.557,54	Demais Transferências Concedidas	2.505.166.982,30	1.447.751.455,57
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.611.993.124,96	1.949.518.975,89	Movimento de Saldos Patrimoniais	6.228.315.743,08	5.276.097.115,16
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.939.820.828,66	2.108.756.531,38	Pagamentos Extraorçamentários	1.585.407.137,00	1.250.036.136,89
Inscrição de Restos a Pagar Processados	245.094.885,40	215.316.038,38	Pagamento de Restos a Pagar Processados	228.026.562,48	224.545.063,22
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.521.583.508,23	1.612.873.412,68	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	1.332.258.722,28	999.549.159,88
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	51.314.137,44	19.653.064,04	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	28.873.862,50	25.230.569,44
Outros Recebimentos Extraorçamentários	121.828.299,59	260.914.016,28	Outros Pagamentos Extraorçamentários	247.989,78	711.344,35
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		358.699,28	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	247.989,78	
Restituições a Pagar	348,37	2.102,57	Pagamento de Passivos Recebidos		685.860,88
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	74.530,31	2.755,90	Valores Compensados		25.483,47
Arrecadação de Outra Unidade	115.477.705,09	120.220.872,83			
Valores para Compensação	66.208,99				
Demais Recebimentos	6.209.508,83	140.329.585,70			
Saldo do Exercício Anterior	3.806.496.195,22	3.546.113.097,98	Saldo para o Exercício Seguinte	4.089.755.932,51	3.806.496.195,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.806.496.195,22	3.546.113.097,98	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.089.755.932,51	3.806.496.195,22
TOTAL	35.681.066.847,34	26.393.486.595,92	TOTAL	35.681.066.847,34	26.393.486.595,92



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)

EMISSÃO 30/01/2026 PAGINA 2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Demais Investimentos Permanentes	1.161,48	1.161,48			
Demais Investimentos Permanentes	1.161,48	1.161,48			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	767.356.217.526,01	767.044.017.176,93			
Bens Móveis	291.487.157,98	266.613.138,86			
Bens Móveis	561.236.016,97	529.958.490,77			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-265.627.778,56	-259.913.510,63			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-4.121.080,43	-3.431.843,28			
Bens Imóveis	767.064.730.368,03	766.777.404.040,07			
Bens Imóveis	767.337.843.369,62	767.041.502.347,45			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-273.113.001,89	-264.098.307,38			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	47.758.814,32	42.417.218,22			
Softwares	46.991.474,43	41.647.643,07			
Softwares	50.102.760,41	44.758.929,05			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-3.111.285,98	-3.111.285,98			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	488.271,14	490.506,40			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	488.471,14	490.706,40			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-200,00	-200,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	279.068,75	279.068,75			
Direitos de Uso de Imóveis	279.068,75	279.068,75			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	788.231.289.186,37	789.594.707.262,72	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	788.231.289.186,37	789.594.707.262,72

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	4.354.787.385,20	4.068.848.937,42	PASSIVO FINANCEIRO	2.504.599.688,86	2.326.913.705,89
ATIVO PERMANENTE	783.876.501.801,17	785.525.858.325,30	PASSIVO PERMANENTE	6.307.552.840,04	3.367.468.384,71
			SALDO PATRIMONIAL	779.419.136.657,47	783.900.325.172,12

3. Demonstração das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 30/01/2026	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	35.599.592.652,20	25.078.112.396,50
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	93.611.185,80	83.160.362,54
Impostos	-	-
Taxas	93.611.185,80	83.160.362,54
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	3.094.934.239,86	2.815.887.289,94
Contribuições Sociais	17.604.028,25	23.082.880,29
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	3.077.330.211,61	2.792.824.409,65
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	213.411.567,91	166.607.396,62
Venda de Mercadorias	197.129.477,05	133.255.965,00
Vendas de Produtos	-19.553,69	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	16.301.644,55	33.351.431,02
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	305.185.687,95	304.986.837,31
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	368.907,71	18.295.305,26
Juros e Encargos de Mora	115.959.875,43	90.655.446,05
Variações Monetárias e Cambiais	53.487.335,65	48.594.023,36
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	135.389.569,16	147.271.102,37
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	170.960,27
Transferências e Delegações Recebidas	27.106.149.676,90	18.041.296.131,15
Transferências Intragovernamentais	26.854.207.262,30	17.897.971.684,24
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	251.942.414,60	343.324.446,91
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	4.454.505.957,20	3.131.959.695,38
Reavaliação de Ativos	-	52.297.591,02
Ganhos com Alienação	95.143.336,75	83.854.713,13
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.107.202.031,74	1.585.486.929,91
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.243.857.936,74	1.410.186.757,38
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	8.302.651,67	153.703,94
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	331.794.336,58	534.214.683,56
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-42.274,74	-42.086,64
Resultado Positivo de Participações	16.125,02	521.171,08
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 30/01/2026	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Subvenções Econômicas	45.964.722,63	54.176.821,48
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	14.205.724,92	74.263.051,39
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	271.650.038,75	405.295.726,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	34.959.524.353,65	24.097.913.789,95
Pessoal e Encargos	1.723.763.653,91	1.606.638.994,97
Remuneração a Pessoal	1.180.044.826,77	1.113.382.498,48
Encargos Patronais	472.817.469,08	432.663.046,31
Benefícios a Pessoal	57.145.154,98	52.585.814,73
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	13.756.203,08	8.017.635,45
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	962.111.593,14	841.477.926,61
Aposentadorias e Reformas	630.381.367,73	542.874.128,16
Pensões	301.368.063,68	271.213.721,54
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.362.161,73	27.390.076,91
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.127.462.676,44	1.112.104.486,52
Uso de Material de Consumo	12.191.920,23	12.858.124,62
Serviços	1.090.904.617,79	1.076.244.306,68
Depreciação, Amortização e Exaustão	24.366.138,42	23.002.055,22
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.660.430,76	6.772.650,73
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	3.415.541,30	6.735.447,58
Variações Monetárias e Cambiais	156.899,93	-
Descontos Financeiros Concedidos	87.989,53	37.203,15
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	24.201.190.870,89	17.039.991.708,06
Transferências Intragovernamentais	23.200.363.352,44	16.130.411.871,62
Transferências Intergovernamentais	323.988.329,80	172.604.328,71
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	9.729,00	6.600,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	676.829.459,65	736.988.907,73
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.860.330.049,32	2.846.062.493,68
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	14.851.255,87	5.880.693,50
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	10.607.649,97	8.661.316,92
Incorporação de Passivos	3.292.795.779,88	2.029.558.789,52



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
4º TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR

EMISSAO
30/01/2028

PAGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2025	2024
Desincorporação de Ativos	1.542.075.363,00	801.961.693,74
Tributárias	41.919.922,69	38.240.510,32
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	38.653.808,77	35.396.750,30
Contribuições	3.266.113,92	2.843.760,02
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	252.571.335,77	175.559.588,37
Custo das Mercadorias Vendidas	252.571.335,77	175.559.588,37
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.786.513.820,73	431.065.430,69
Premiações	10.000,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	97.654.771,18	213.875.106,64
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	1.668.280.000,00	16.576.957,09
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	20.569.049,55	200.613.366,96
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	640.068.298,55	980.198.606,55

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2025	2024

4. Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR

EXERCICIO 2025	PERIODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 30/01/2026	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.907.314.573,00	2.907.314.573,00	3.682.634.735,42	775.320.162,42
Receita Tributária	92.078.035,00	92.078.035,00	65.528.094,02	-26.549.940,98
Impostos	-	-	-	-
Taxas	92.078.035,00	92.078.035,00	65.528.094,02	-26.549.940,98
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	2.340.620.597,00	2.340.620.597,00	3.148.065.205,98	807.444.608,98
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	2.340.620.597,00	2.340.620.597,00	3.148.065.205,98	807.444.608,98
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	174.499.344,00	174.499.344,00	101.177.138,08	-73.322.205,92
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.371.927,00	10.371.927,00	7.823.117,32	-2.548.809,68
Valores Mobiliários	164.127.417,00	164.127.417,00	93.354.020,76	-70.773.396,24
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	75.596.396,00	75.596.396,00	11.361.882,42	-64.234.513,58
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	56.091.519,00	56.091.519,00	11.361.882,42	-44.729.636,58
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	19.504.877,00	19.504.877,00	-	-19.504.877,00
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	224.520.201,00	224.520.201,00	356.502.414,92	131.982.213,92
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.909.542,00	1.909.542,00	1.912.367,77	2.825,77
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	9.825.688,00	9.825.688,00	15.011.120,15	5.185.432,15
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	1.524.956,29	1.524.956,29
Demais Receitas Correntes	212.784.971,00	212.784.971,00	338.053.970,71	125.268.999,71
RECEITAS DE CAPITAL	178.978.902,00	178.978.902,00	172.396.087,43	-6.582.814,57
Operações de Crédito	29.964.362,00	29.964.362,00	-	-29.964.362,00
Operações de Crédito Internas	15.525.449,00	15.525.449,00	-	-15.525.449,00
Operações de Crédito Externas	14.438.913,00	14.438.913,00	-	-14.438.913,00
Alienação de Bens	103.513.548,00	103.513.548,00	97.136.918,32	-6.376.629,68
Alienação de Bens Móveis	-	-	81.147,57	81.147,57
Alienação de Bens Imóveis	103.513.548,00	103.513.548,00	97.055.770,75	-6.457.777,25
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	45.500.992,00	45.500.992,00	75.259.169,11	29.758.177,11
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
4º TRIMESTRE (Encerrado)

EMISSÃO
30/01/2026

PÁGINA
2

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	3.086.293.475,00	3.086.293.475,00	3.855.030.822,85	768.737.347,85
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	3.086.293.475,00	3.086.293.475,00	3.855.030.822,85	768.737.347,85
DÉFICIT	-	-	3.725.993.449,49	3.725.993.449,49
TOTAL	3.086.293.475,00	3.086.293.475,00	7.581.024.272,34	4.494.730.797,34
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	160.294.608,00	-	-160.294.608,00
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	227.998.000,00	-	-
Créditos Cancelados	-	-67.703.392,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	4.566.706.859,00	5.356.874.265,00	5.818.553.910,37	4.727.000.583,75	4.482.140.179,74	-461.679.645,37
Pessoal e Encargos Sociais	2.344.708.173,00	2.609.399.096,00	2.594.952.072,65	2.544.900.177,21	2.357.891.396,88	14.447.023,35
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.221.998.686,00	2.747.475.169,00	3.223.601.837,72	2.182.100.406,54	2.124.248.782,86	-476.126.668,72
DESPESAS DE CAPITAL	1.559.908.443,00	1.797.584.471,00	1.762.470.361,97	1.332.440.182,36	1.332.205.700,97	35.114.109,03
Investimentos	198.239.383,00	167.705.271,00	144.218.486,33	42.169.133,11	41.934.651,72	23.486.784,67
Inversões Financeiras	1.361.669.060,00	1.629.879.200,00	1.618.251.875,64	1.290.271.049,25	1.290.271.049,25	11.627.324,36
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.214.785.569,00	347.236.743,00	-	-	-	347.236.743,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	7.341.400.871,00	7.501.695.479,00	7.581.024.272,34	6.059.440.766,11	5.814.345.880,71	-79.328.793,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	7.341.400.871,00	7.501.695.479,00	7.581.024.272,34	6.059.440.766,11	5.814.345.880,71	-79.328.793,34



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2025

PERÍODO
4º TRIMESTRE (Encerrado)

EMISSION
30/01/2026

PAGINA
3

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	7.341.400.871,00	7.501.695.479,00	7.581.024.272,34	6.059.440.766,11	5.814.345.880,71	-79.328.793,34

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	262.511.490,73	533.735.343,06	512.416.673,94	508.026.519,41	77.622.709,94	210.597.604,44
Pessoal e Encargos Sociais	106.130,37	12.486.489,70	862.673,66	862.673,66	11.535.411,51	194.534,90
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	262.405.360,36	521.248.853,36	511.554.000,28	507.163.845,75	66.087.298,43	210.403.069,54
DESPEAS DE CAPITAL	218.652.162,13	1.079.138.069,62	830.191.116,22	824.232.202,85	22.644.034,33	450.913.994,57
Investimentos	132.692.356,05	286.530.177,31	181.669.533,27	175.710.619,90	22.644.034,33	220.867.879,13
Inversões Financeiras	85.959.806,08	792.607.892,31	648.521.582,95	648.521.582,95	-	230.046.115,44
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	481.163.652,86	1.612.873.412,68	1.342.607.790,16	1.332.258.722,26	100.266.744,27	661.511.599,01

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	11.687.600,73	223.081.896,18	220.903.896,08	1.333.730,79	12.531.870,04
Pessoal e Encargos Sociais	1.304.870,72	183.334.131,46	182.984.918,14	426.685,77	1.227.398,27
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	10.382.730,01	39.747.764,72	37.918.977,94	907.045,02	11.304.471,77
DESPEAS DE CAPITAL	14.433.515,47	21.856.404,31	5.122.666,38	16.734.000,00	14.433.253,40
Investimentos	12.188.225,65	4.447.549,14	4.382.457,98	831.000,00	11.422.316,81
Inversões Financeiras	2.245.289,82	17.408.855,17	740.208,40	15.903.000,00	3.010.936,59
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	26.121.116,20	244.938.300,49	226.026.562,46	18.067.730,79	26.965.123,44

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 30/01/2026	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.105.134.112,67	663.531.986,88
INGRESSOS OPERACIONAIS	29.935.496.173,06	20.883.284.957,06
Receita Tributária	65.528.094,02	58.213.589,05
Receita de Contribuições	3.148.065.205,98	2.845.542.075,08
Receita Patrimonial	101.177.138,08	11.008.603,54
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	11.361.882,42	48.872.212,79
Remuneração das Disponibilidades	-	145.632.027,77
Outras Receitas Derivadas e Originárias	356.502.414,92	242.849.434,39
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais Recebidas	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	26.252.861.437,64	17.531.167.014,44
Ingressos Extraorçamentários	51.314.137,44	19.653.064,04
Restituições a Pagar	348,37	2.102,57
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	74.530,31	2.755,90
Transferências Financeiras Recebidas	26.079.719.000,61	17.250.958.633,40
Arrecadação de Outra Unidade	115.477.705,09	120.220.872,83
Valores para Compensação	66.208,99	-
Demais Recebimentos	6.209.506,83	140.329.585,70
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-27.830.362.060,39	-20.219.752.970,18
Pessoal e Demais Despesas	-4.772.069.153,51	-4.070.251.634,36
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-6.970,04	-262.002,67
Administração	-2.510.651,92	-5.617.504,49
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-1.874,90	-
Assistência Social	-807.679.722,00	-528.843.663,92
Previdência Social	-850.855.744,40	-753.021.949,70
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-149.802,37	-10.479.700,94
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-3.190.412,84	-400.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 30/01/2026	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR

	2025	2024
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-778.229.417,14	-406.033.995,46
Organização Agrária	-2.369.025.662,50	-2.192.209.498,83
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-160.170.905,62	-175.742.017,83
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-247.989,78	358.699,28
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-606.539.538,89	-433.666.581,51
Intergovernamentais Concedidas	-130.998.725,25	-83.911.767,81
A Estados e/ou Distrito Federal	-39.692.920,01	-23.853.255,16
A Municípios	-91.305.805,24	-60.058.512,45
Intragovernamentais Concedidas	-287.576.342,89	-259.619.553,71
Outras Transferências Concedidas	-187.964.470,75	-90.135.260,19
Outros Desembolsos Operacionais	-22.451.753.367,99	-15.715.834.754,31
Dispêndios Extraorçamentários	-28.873.862,50	-25.230.569,44
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-885.860,88
Transferências Financeiras Concedidas	-22.424.879.505,49	-15.689.892.840,52
Valores Compensados	-	-25.483,47
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.821.874.375,38	-403.148.889,64
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	172.396.087,43	135.540.390,54
Alienação de Bens	97.136.918,32	82.681.719,49
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	75.259.169,11	52.858.671,05
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-1.994.270.462,81	-538.689.280,18
Aquisição de Ativo Não Circulante	-433.619.492,09	-149.083.178,31
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-1.552.429.975,92	-381.155.350,36
Outros Desembolsos de Investimentos	-8.220.994,80	-8.450.751,51
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2025	PERIODO 4º TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO 30/01/2026	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR

	2025	2024
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	283.259.737,29	260.383.097,24
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.806.496.195,22	3.546.113.097,98
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.089.755.932,51	3.806.496.195,22

NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir, apresentam-se as notas explicativas referentes aos fatos, valores e registros mais relevantes na análise das demonstrações contábeis do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar no quarto trimestre de 2025.

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta caixa e equivalentes de caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, representando recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Abaixo, a distribuição do valor no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Órgãos vinculados:

ÓRGÃO	SALDO (R\$)
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	3.342.627.126,38
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	372.099.559,13
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR	93.081.795,07
FUNDO DE TERRAS	281.947.451,93
TOTAL	4.089.755.932,51

A distribuição por tipo de disponibilidade está assim composta:

CONTA CONTÁBIL	SALDO (R\$)
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	5.379.639,72
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	10.050,00
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA	2.549.685.679,12
TITULOS DA DÍVIDA AGRARIA EM TRÂNSITO	39.924.149,03
FUNDO DE APLICACAO FINANCEIRA	3.585.302,70
APLIC FINAN LIQUIDEZ IMEDIATA RECURSOS CTU	1.112.653,55
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	1.313.250.089,95
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	158.043.007,93
GARANTIAS	18.765.360,51
TOTAL	4.089.755.932,51

Do valor total registrado, 63,32% correspondem a Títulos da Dívida Agrária, que compõe o ativo do INCRA. Esses títulos são emitidos para pagamentos de aquisição de imóveis rurais destinados à política de reforma agrária.

Nota 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Abaixo segue a composição do Grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo:

(Valores em R\$)		
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	DEZ/2025	DEZ/2024
13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	5.902.901,62	5.220.553,59
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	5.295.858,51	4.977.745,67
VIAGENS - ADIANTAMENTO	93.831,26	105.257,10
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	13.646.592,36	12.919.152,04
ADIANTAMENTO CONCEDIDO – SUPRIMENTO DE FUNDOS	2.256.541,14	1.966.536,37
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	581.287.948,94	403.314.744,82
ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	28.621,45	28.621,45
ADIANTAMENTO DE IRPJ E CSLL	0,00	0,00
TOTAL ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	608.512.295,28	428.532.611,04
AJUSTE PARA PERDAS - SUBGRUPO 113 (C/C 090)	(1.689.114,90)	(1.689.114,90)
TOTAL AJUSTE P/PERDA DEMAIS CRED/VALOR CURTO PRAZO	(1.689.114,90)	(1.689.114,90)
CRED A REC POR FOLHA DE PAGAMENTO	34.710,85	34.710,85
CRED A REC POR DANO AO PATRIMONIO	1.587.951,50	1.725.827,45
CRED A REC POR DEB DE TERCEIRO EM PREST SERV	133.043,81	133.043,81
CRED A REC DECOR FALTA/IRREG COMPROVACAO	4.959.931,60	5.055.483,55
TOTAL DEPOSITOS REST E VALORES VINCULADOS A RECEBER	6.715.637,76	6.949.065,66
DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	5,45	5,45
TOTAL DEPOSITOS REST E VALORES VINCULADOS A RECEBER	5,45	5,45
VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	813.177,86	813.328,31
VALOR A REC C/GRU DE DESP VINC CONVEN ESTORNA	45.237,53	45.237,53
SAQUES POR CARTAO DE PAGTO A CLASSIFICAR	20.375,00	14.910,00
CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	0,00	26.149,78
CRED A REC POR REEMB SALÁRIO MATERNIDADE PG	0,00	0,00
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	112.028,26	161.876,03
CRED A REC POR ALIENACAO BENS MOVEIS/IMOVEIS	29.903.770,51	28.804.288,06
CRED A REC DE ACERTO FINAN C/SERVIDOR/EX SERV	98.323.996,73	85.240.244,66
CRED A REC DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	1.014,85	1.014,85
RECURSOS DA UNIAO	104.134.719,83	102.988.997,34
CRED A REC POR CESSAO DE CREDITOS PELA UNIAO	1.264.205.083,99	809.971.324,36
CREDITOS PARCELADOS	5.401.339,39	4.371.291,43
CRED A REC - REGULARIZ FUNDIARIA E REF AGRARI	717.610.415,30	15.258.754,40
DEVEDORES POR TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	11.096,60	0,00
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	1.463.134.483,33	1.036.965.184,64
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES A RECEBER	5.035,06	0,00
TOTAL OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	3.683.721.774,24	2.084.662.601,39
ICMS A RECUPERAR / COMPENSAR	156.398.462,59	75.964.694,32
ICMS DIFERIDO	28.333.356,29	79.925.858,41
IRRF A COMPENSAR	42.909,34	109.118,33
IR E CSLL A RECUPERAR/COMPENSAR	6.829.152,99	10.901.482,39
COFINS A RECUPERAR / COMPENSAR	46.866,81	30.115,21
PIS/PASEP A RECUPERAR/COMPENSAR	10.168,90	6.537,88
TOTAL TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR	191.660.916,92	166.937.806,54
TOTAL	4.488.921.514,75	2.685.392.975,18

Verifica-se que 32,59% do valor total se refere a Termos de Execução Descentralizada firmados com outros órgãos da Administração Pública Federal para consecução das políticas do Ministério e seus Órgãos vinculados.

Os 28,16%, registrados em Créditos a receber por cessão de créditos pela União, se referem a valores de doações de estoques efetuados pela CONAB.

Outra rubrica expressiva neste grupo de contas são os Adiantamentos a Fornecedores. Representando 12,95%, os valores se referem a registros, feitos pela CONAB, de aquisição de produtos alimentícios para posterior incorporação aos estoques quando de seu recebimento.

Nota 03 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – CP

Nesse grupo de contas estão registradas duas rubricas:

- a) Empréstimos Concedidos a Receber, no total de R\$ 330 milhões, que se referem a valores a receber de beneficiários referentes à concessão de crédito de instalação à assentados da Reforma Agrária, registrados no INCRA; e
- b) Empréstimos a Conceder pelos Agentes Financeiros – no total de R\$ 2,5 bilhões se referem à capitalização do FUNDO DE TERRAS, conforme disposição do Art. 15 do Decreto nº 4892/03. São valores próprios do Fundo, oriundos de capitalização do FTRA – relativo a rendimento da aplicação financeira e reembolso, disponíveis para concessão de novos empréstimos no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário. A variação de 20,24% verificada no período corresponde à transferência de R\$ 432 milhões feitos pelo Fundo de Terras, durante o exercício, ao BNDES, responsável pela gestão dos recursos.

No total, se observou neste grupo de contas, uma variação de 35,39%, também em razão do registro, no INCRA, da atualização dos créditos de instalação concedidos a receber, relativos aos exercícios financeiros de 2016 a 2024, vencidos e não pagos.

Cabe pontuar que não estão sendo contabilizados os juros contratuais referentes aos financiamentos com o BNDES responsável pela gestão financeira do FTRA, com a atribuição de receber os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003

Já há tratativas junto a CCONT/STN para promover os ajustes necessários e estabelecer a rotina para esses registros.

Nota 04 – Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo

O valor de 14 milhões, registrados no INCRA, na conta Perda Estimada em Crédito de Empréstimos Concedidos, tem como base o percentual médio de inadimplência nos contratos de empréstimo de crédito de instalação, calculado em 30,24%, aplicado sobre o valor da previsão de arrecadação desses créditos no exercício de 2025, conforme evidenciado no quadro a seguir.

MEMÓRIA DE CÁLCULO AJUSTE PARA PERDAS ESTIMADAS				
- EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025 -				
		Descrição	Valor (R\$)	Perc. Inadimpl. (%)
		Exercício Financeiro	2022	UTILIZADO
UTILIZADO SEM PAGT.	47.820.323,42			
UTILIZ. PAGT. EXERC. POST.	<u>2.346.399,99</u>			
TOTAL	50.166.723,41			29,09%
2023	UTILIZADO		107.238.340,66	100%
	UTILIZADO SEM PAGT.		31.513.065,26	
	UTILIZ. PAGT. EXERC. POST.		<u>1.629.590,12</u>	
	TOTAL		33.142.655,38	30,91%
2024	UTILIZADO		325.037.182,04	100%
	UTILIZADO SEM PAGT.		99.813.184,29	
	UTILIZ. PAGT. EXERC. POST.		<u>0,00</u>	
	TOTAL		99.813.184,29	30,71%
Média inadimplência nos três exercícios financeiros (29,09% + 30,91% + 30,71)/3				30,24%
Fonte: Processo SEI 54000.070286/2025-86				
Metodologia: Macrofunção SIAFI 020342. AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS				
		DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	

Previsão de arrecadação – exercício 2025	46.504.727,15
Percentual de inadimplência 30,24%	14.063.029,49

Fonte: **Divisão de Análise Contábil/INCRA – DAC-1**

Nota 05 – Estoques - CP

Do valor total dos R\$ 560 milhões registrados nessa conta, 99% são estoques destinados à revenda ou doação, administrados pela CONAB. O valor representa 0,07% do ativo total do Órgão Superior. A variação positiva de 95%, observada no período, se deve, principalmente, a aquisições de opções de venda de arroz, e estoques reguladores de milho e outros grãos, registradas no período.

Nota 06 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos – LP

Nesse grupo de contas estão registradas duas rubricas:

- a) Os Empréstimos a Receber, no total de R\$ 2,1 bilhões, registrados no INCRA, referentes a valores a receber de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); e
- b) E os Financiamentos Concedidos a Receber – no total de R\$ 3,2 bilhões, referentes aos contratos de financiamentos firmados no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, sob administração dos agentes financeiros que fazem a gestão dos contratos de financiamento.

No exercício de 2025 houve uma variação de 16% no grupo de contas decorrente da apropriação, pela INCRA, de pagamentos do contrato de Crédito de Instalação, no valor total de R\$ 738 milhões (acréscimo de 52,86% na conta de empréstimos a receber no INCRA).

Cabe pontuar que em relação a esse grupo de contas, há distorções nos valores registrados:

- a) No INCRA não está sendo contabilizado os juros contratuais por competência; e
- b) Não estão sendo contabilizados os juros contratuais referentes aos financiamentos com o BNDES responsável pela gestão financeira do FTRA, com a atribuição de receber os recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA com destinação específica dos valores encaminhados pelo Órgão Gestor, conforme disposição no Artigo 15, Inciso I, do Decreto nº 4.892, de 25/11/2003

Em ambos os casos, já há nos órgãos tratativas junto a CCONT/STN para promover os ajustes necessários e estabelecer a rotina para esses registros.

Nota 07 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Do valor total de R\$ 3,2 bilhões, 50% estão registrados na conta “Créditos a Receber – Regularização Fundiária e Reforma Agrária” que registra os valores a receber decorrentes da emissão de títulos, pela União, em processos de regularização fundiária de terras de sua competência, inclusive as terras objeto de desapropriação e as terras situadas no âmbito da Amazônia Legal. Nessa conta foi observada uma variação negativa de R\$ 5,6 bilhões (77,34%) o que resultou na variação de 62,61% no valor total do grupo de contas verificado no exercício. A variação decorreu de ajustes efetuados pelo INCRA com base em Relatório do Saldo a Receber de Títulos de Domínio extraído do sistema TDCALC.

Outros 34,93% do valor se refere a créditos a receber do Tesouro, pela CONAB, para pagamento do acordo firmado entre a empresa e o Instituto de Previdência Complementar CIBRIUS.

Nota 08 – Bens Imóveis

Os bens imóveis representam 97,35% do ativo total do MDA, num valor total de R\$ 767 bilhões, assim distribuídos entre os órgãos que compõe o Ministério:

	INCRA	CONAB	MDA
BENS DE USO ESPECIAL	764.935.615.889,47	321.482.948,21	23.705.943,33
BENS DOMINICAIS	1.595.469.011,18		
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	389.015.080,69	24.342.747,84	
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS	2.252.248,01	9.252.845,38	17.937.968,00
INSTALAÇÕES	6.265.978,94	178.634,50	8.023.121,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	4.300.953,37		
DEPREC./ACUM./AMORT. ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	(37.498.730,39)	(235.591.283,82)	(22.987,68)
TOTAL	766.895.420.431,27	119.665.892,11	49.644.044,65

Do total dos bens imóveis, se destacam os Bens de Uso Especial, que representam 99,73% do total, registrados, quase em sua totalidade no INCRA. A tabela a seguir apresenta a composição deste grupo:

BENS DE USO ESPECIAL – COMPOSIÇÃO	SALDO
FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	332.762.247.161,84

TERRENOS, GLEBAS	431.320.812.001,81
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	121.954.023,26
EDIFÍCIOS	310.769.492,17
COMPLEXOS, FÁBRICAS E USINAS	53.108.898,28
IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	8.713.148,76
OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	703.200.054,89
TOTAL	765.280.804.781,01

Do total dos bens imóveis de uso especial, destacam-se os valores registrados nas contas “Fazendas, Parques e Reservas” e “Terrenos e Glebas”, no INCRA, representando 99,84%. Esses imóveis ruais encontram-se, quase que em sua totalidade, cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPIUnet, conforme prevê a Portaria Conjunta STN-SPU 703/2014.

A valoração desses imóveis é feita com base na Planilha de Preços Referenciais (PPR) elaborada pelo INCRA, como resultado do produto do Valor da Terra Nua (VTN).

Nota 09 – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP

No encerramento do trimestre, O Órgão Superior apresentou um saldo de R\$ 116 milhões em “Fornecedores e Contas a Pagar”, sendo o total do saldo em obrigações de curtos prazo e à credores nacionais.

O valor representa 1,15% do passivo total do órgão, sendo que no período houve aumento de 24,48% no saldo desse grupo de contas, com relação ao encerramento do exercício anterior. O saldo está assim distribuído pelos órgãos do MDA:

ÓRGÃO		SALDO - R\$
22201	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	40.350.510,930
22211	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	30.515.668,100
49000	MINISTERIO DESENV.AGRARIO E AGRIC FAMILIAR	3.626.088,450
TOTAL		74.492.267,480

Abaixo os maiores credores, por valor, registrados em fornecedores e contas a pagar por Órgão:

a) INCRA

FORNECEDOR	VALOR (em R\$)
COOPERATIVA DE TRABALHO AGRICOLA, ASSISTENCIA TECNICA,	4.001.132,58
TOPOSAT ENGENHARIA LTDA	3.750.400,92
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.893.661,90
DIAMANTINA PROJETOS LTDA	2.127.831,75
FERRARI CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	2.075.184,23
DELTA PROJETOS AGROPECUARIOS PARNAMIRIM LTDA	1.659.278,09

JULIANA CRISTINA NARCIZO	1.505.685,55
ATTIVA SERVICOS INTEGRADOS LTDA	1.333.379,07
TERRAPLANA SERVICOS DE TERRAPLANAGEM LTDA	1.323.234,58
SEMENTES ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL EM PROJET	1.077.364,58

b) CONAB

FORNECEDOR	VALOR (em R\$)
TRANSAGIL TRANSPORTES DE CARGA LTDA	1.024.784,33
COOPERATIVA PERNAMBUCANA DE AGROPECUARIOS E CRIADORES D	1.013.175,03
G10 TRANSPORTES S.A.	796.667,70
JCL TRANSPORTES LTDA	773.787,82
AGROBOM - COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DA AGRICULT	499.883,35
ASSOCIACAO DAS MULHERES MORADORAS E TRABALHADORAS DA CA	444.772,50
COOPERATIVA DE PRODUTORES AGRICOLA DE BRASILIA COOPERA	345.099,75
COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR MISTA DO DISTRITO F	314.649,99
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR (COOPAFAM) LTDA	298.127,93
IMPAR SERVICOS HOSPITALARES S/A	289.100,88

c) MDA

FORNECEDOR	VALOR (em R\$)
ASSOC RIOGR DE EMPR DE ASSIST TEC E EXTENSAO RURAL	1.088.235,04
R7 FACILITIES - MANUTENCAO E SERVICOS LTDA	939.265,12
EMPRESA MATO-GROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTENCIA E EXTEN	822.951,66
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	663.601,46
AGENCIA NACIONAL DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURA	500.000,00
PREMIER EVENTOS LTDA	205.963,70
CREATIVE GROUP LTDA	155.833,55
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO E EXTENSAO RURAL	142.352,99
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	113.368,77
PLANALTO SERVICE LTDA	86.439,98

Nota 10 – Provisões

As provisões a curto e a longo prazo somavam o montante de R\$ 2 bilhões em 31/12/2025, resultando numa variação de 853% em relação ao período anterior. A variação se deu em função, principalmente, do registro, no INCRA, da provisão de valor relativa a processo judicial por perdas, danos e lucros cessantes movido contra a Autarquia, no valor de R\$ 1,6 bilhão.

Os demais valores, estão registrados na CONAB, em função processos judiciais trabalhistas e cíveis movidos contra a Empresa.

A tabela a seguir apresenta a composição das provisões registradas na CONAB.

PROVISÃO	Dezembro/2025	Dezembro/2024
Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	93.322.705,30	85.227.751,34
Riscos Fiscais a Curto Prazo	20.093.301,93	19.989.784,58

Riscos Cíveis a Curto Prazo	23.544.467,95	25.807.239,14
Total a Curto Prazo	136.960.475,18	131.024.775,06
Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	33.596.678,89	36.016.991,78
Matemáticas a Longo Prazo	8.948.836,79	7.491.066,93
Riscos Fiscais a Longo Prazo	1.031.978,86	1.031.774,49
Riscos Cíveis a Longo Prazo	82.132.135,65	36.958.916,38
Outras a Longo Prazo	95.408.804,56	
Total a Longo Prazo	221.118.434,75	81.498.749,58

Essas provisões se referem a desembolsos prováveis referentes aos processos judiciais relativos as ações Trabalhistas, Cíveis e Fiscais, nos quais a CONAB figura no polo passivo, e são contabilizadas com base em planilhas elaboradas pela área jurídica da Companhia.

No longo prazo, as provisões matemáticas se referem aos riscos inerentes ao Plano de Previdência Complementar dos empregados da empresa, o CIBRIUS.

Nota 11 – Outras Obrigações

Em “Outras Obrigações” estão compreendidas um subgrupo de obrigações perante terceiros que não foram incluídas em subgrupos específicos. Em 31/12/2025, o MDA apresentou um saldo de R\$ 3,19 bilhões em “Outras Obrigações”, sendo R\$ 2,2 bilhões registrados no curto prazo (69,92%) e R\$ 962 milhões no longo prazo (30,08%). Quando comparado a 31/12/2024, o saldo apresentou um acréscimo de 8,09% no curto prazo, e de 7,57% no longo prazo. A tabela a seguir apresenta as rubricas que compõem esse subgrupo.

OBRIGAÇÃO	Setembro/22025	Dezembro/2024
INDENIZACOES, RESTITUICOES E COMPENSACOES	14.903.396,04	14.679.491,97
DIARIAS A PAGAR	590.211,71	173.859,24
ENTIDADES CREDORAS - FEDERAIS	1.648.778.432,74	1.485.682.384,88
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LIBERAR	16.334.463,08	16.334.463,08
GRU-VALORES EM TRANSITO PARA ESTORNO DESPESA	57.099,65	25.838,43
ORDENS BANCARIAS CANCELADAS	62.952,42	31.725,32
SAQUE - CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	580.551,21	450.878,51
FATURA - CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDER	427.470,80	627.823,44
CONVENIOS E INSTR CONGENERES DEVOLVIDOS	597.462,41	457.372,75
SUBVENCOES A PAGAR	2.060.930,74	616.575,91
ENTIDADES PRIVADAS DE PREVIDENCIA	50.799.540,47	101.362.524,95
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A COMPROVAR - TED	502.050.707,86	449.376.657,84
TOTAL CURTO PRAZO	2.237.243.219,13	2.069.819.596,32
ENTIDADES PRIVADAS DE PREVIDENCIA	962.700.482,22	904.940.572,70
TOTAL LONGO PRAZO	962.700.482,22	904.940.572,70

a) Curto Prazo

Do valor total de R\$ 2,23 bilhões, 73% se referem ao registro do diferimento da receita da política de estoques públicos, registrados na CONAB.

Outros 22% se referem a Termos de Execução Descentralizada firmados por INCRA, CONAB e MDA, como recebedores de recursos, em execução e/ou pendentes de comprovação.

b) Longo Prazo

O valor de R\$ 962 milhões, se refere integralmente ao contrato de firmado entre a CONAB e o Instituto Conab de Seguridade Social (CIBRIUS), para saldar o plano de previdência complementar da empresa, cujos repasses serão disponibilizados pelo Tesouro Nacional em 228 parcelas. Em dezembro foi paga a parcela 72/228 do acordo.

Nota 12 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão do Órgão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o Órgão, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

O Resultado Patrimonial apurado no exercício de 2025 foi superavitário em R\$ 640 milhões, conforme se verifica na tabela a seguir.

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	35.599.592.652,20	25.078.112.396,50	41,95%
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	34.959.524.353,65	24.097.913.789,95	45,07%
Resultado Patrimonial do Período (III = I - II)	640.068.298,55	980.198.606,55	-34,70%

Em comparação com o exercício anterior, o resultado teve uma variação negativa de de R\$ 340 milhões (-34,70%).

A seguir apresentam-se os valores mais relevantes na apuração do resultado patrimonial.

a) Transferências Intragovernamentais

As transferências intragovernamentais representam 75,43% das Variações Patrimoniais Aumentativas no exercício, se referem às transferências relativas à execução orçamentária, e de bens e valores, para execução das atividades e políticas do Ministério e dos Órgãos Vinculados.

b) Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico

Representado 8,64% das VPAs do Órgão, num montante de R\$ 3 bilhões, o valor se refere à arrecadação da CIDE pela Receita Federal, repassada ao INCRA, decendialmente.

c) Ganhos com Incorporação de Ativos

Esse grupo de contas representa 6,30% das VPAs, num valor total de R\$ 2,1 bilhões, dos quais 27,64% dos valores se referem ao registro de imóveis de uso especial no SPIUnet, pelo INCRA.

No grupo de contas estão também registradas as transferências financeiras, via Termos de Execução Descentralizada, firmados pelo MDA e Órgãos Vinculados com outros Órgão da Administração Pública, que são contabilizadas no ativo até que tenham sejam apresentadas as prestações de contas por parte dos Órgãos recebedores.

O restante dos valores se refere a aquisição de bens móveis, imóveis e estoques pelo MDA, INCRA e CONAB.

d) Outras Transferências e Delegações Recebidas

O valor total de R\$ 251 milhões registrados nesse grupo de contas refere-se a movimentações de bens entre as Unidades Gestoras do MDA e Órgão Vinculados, bem como de bens recebidos por essas unidades oriundas de outros órgãos da Administração Pública Federal.

Nota 13 - Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Pelo critério do empenho, o Resultado Orçamentário ao fim do 4º trimestre de 2025, foi deficitário em R\$ 3,72 bilhões, uma vez que

as receitas realizadas montaram a quantia de R\$ 3,85 bilhões e as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 7,58 bilhões. Pela ótica de caixa, ou seja, considerando as despesas efetivamente pagas, inclusive restos a pagar, o resultado apresentou déficit de R\$ 3,51 bilhões.

Nota 14 - Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), pelas transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e pelo resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo os restos a pagar).

No exercício, o resultado financeiro apresentou um superávit de R\$ 283 milhões, uma variação de 8,79%, em relação ao mesmo período do exercício anterior, conforme detalhado na tabela a seguir.

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Receita Orçamentária (I)	3.855.030.822,85	3.487.658.333,16	10,53%
Despesa Orçamentária (II)	7.581.024.272,34	5.647.062.423,29	34,25%
Resultado Orçamentário (III = I - II)	-3.725.993.449,49	-2.159.404.090,13	-72,55%
Transferências Financeiras Recebidas (IV)	26.079.719.000,61	17.250.958.633,40	51,18%
Transferências Financeiras Concedidas (V)	22.424.879.505,49	15.689.892.840,52	42,93%
Transferências Financeiras Líquidas (VI = IV - V)	3.654.839.495,12	1.561.065.792,88	134,12%
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	1.939.820.828,66	2.108.756.531,38	-8,01%
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.585.407.137,00	1.250.036.136,89	26,83%
Resultado Extraorçamentário (IX = VII - VIII)	354.413.691,66	858.720.394,49	-58,73%
Resultado Financeiro do Trimestre (X = III + VI + IX)	283.259.737,29	260.382.097,24	8,79%

Nota 15 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” na MDA apurada em 31/12/2025 foi de R\$ 283 milhões, representando uma variação positiva de 8,79% em relação ao mesmo período no exercício anterior, quando o resultado gerado foi de R\$ 260 milhões, conforme tabela a seguir.

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Atividades Operacionais	1.883.077.762,95	556.382.174,43	238,45%
Atividades de Investimento	-1.223.841.122,53	-264.018.942,79	-363,54%
Atividades de Financiamento	-	-	-
Total	659.236.640,42	292.363.231,64	125,49%

EMERSON COSTA NOGUEIRA SOUSA
Contador Responsável
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar